

O RURAL E O URBANO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA¹: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM TERRITORIAL

The rural and the urban in the brazilian amazon: a study from the territorial approach

Mário Sérgio Pedroza Lobão*
Jefferson Andronio Ramundo Staduto**

***Instituto Federal do Acre - IFAC / Rio Branco, Acre**

mario.lobao@ifac.edu.br

****Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Toledo, Paraná**

jtaduto@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar o rural e o urbano da Amazônia brasileira, a partir da abordagem territorial, sendo uma alternativa a atual abordagem político-administrativa adotada pelo IBGE. Metodologicamente, seguiu-se os preceitos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1994) e os parâmetros propostos por Veiga (2001; 2002) à realidade brasileira, a partir da população e densidade demográfica. Categorizou-se os municípios da região em três classes: os essencialmente urbanos, os relativamente rurais e os essencialmente rurais. Os dados foram oriundos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000; 2010). Como principais resultados, ficou constatado que mais de 85% dos municípios da Amazônia brasileira enquadraram-se como essencialmente rurais, no ano de 2010, no qual concentraram somente 36,51% da população da região, isto em uma extensão territorial de mais de 76% de km². Os municípios essencialmente urbanos somaram o total de 20, ou seja, 4,44% da região e congregaram 45,08% dos residentes, em apenas 3,66% do território regional. Foram 44 municípios como relativamente rurais, com 18,40% dos habitantes, em uma faixa territorial de 20,05% de km². Portanto, a Amazônia brasileira ainda é uma região rural do Brasil. Esses resultados se refletiram nos estados, com exceção de Tocantins que se mostrou eminentemente rural, com uma população de 67,07% morando em municípios essencialmente rurais.

Palavras-chave: Rural. Urbano. Delimitação Territorial. Amazônia Brasileira.

ABSTRACT

The objective of the research was to analyze the rural and urban Brazilian Amazon from the territorial approach, an alternative to the current political-administrative approach adopted by IBGE. Methodologically, it followed the precepts of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD, 1999) and the parameters proposed by Veiga (2000; 2001) to the Brazilian reality, based on population and population density. The municipalities of the region were categorized into three classes: essentially urban, relatively rural, and essentially rural. The data came from the 2000 and 2010 Demographic Censuses (IBGE, 2000; 2010). As main results, it was observed that more than 85% of the municipalities of the Brazilian Amazon were essentially rural, in 2010, in which only 36.51% of the population of the region in a territorial extension of more than 76% of km². The essentially urban municipalities totaled 20, that is, 4.44% of the region and congregated 45.08% of the residents, in only 3.66% of the regional territory. There were 44 municipalities as relatively rural, with 18.40% of the inhabitants in a territorial band of 20.05% of km². Therefore, the Brazilian Amazon is still a rural region of Brazil. These results were reflected in the states, with the exception of Tocantins, which was eminently rural, with a population of 67.07% living in mainly rural municipalities.

Keywords: Rural. Urban. Territorial Delimitation. Brazilian Amazon.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, no contexto brasileiro, tem se observado um processo de migração no sentido rural/urbano da população. As pessoas passaram a se dirigir para as cidades na expectativa de melhores condições de vida. Esse fenômeno tem provocado uma acelerada urbanização e adensamento populacional no meio urbano brasileiro e, conseqüentemente, tem aumentado os problemas sociais nestas áreas, algo indiscutível.

No entanto, cabe debater o que é urbano e o que rural no Brasil e até que ponto as pessoas migram do meio rural em direção ao meio urbano, considerando que boa parte destas migrações são para localidades com pouca ou quase nenhuma infraestrutura, digna dos grandes centros urbanos. Para todos os efeitos, questiona-se: o que é caracterizado como urbano e como rural? Quais os elementos definidores que individualizam esses espaços? Até que ponto se pode dizer que determinado território é urbano ou rural? Esses questionamentos perpassam toda a discussão aqui levantada.

No Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão governamental responsável por fazer a delimitação das zonas urbanas e rurais em parcerias com os poderes públicos municipais. Atualmente, esta entidade utiliza-se de uma delimitação do tipo político-administrativa, em que considera áreas urbanas as vilas ou cidades que sejam legalmente definidas como tais, apresentando construções, arruamentos e intensa ocupação humana. Já o meio rural é residual, ou seja, constitui-se por aquilo que não é urbano (IBGE, 1999).

Esta conceituação tem sido alvo de várias críticas, especialmente no meio acadêmico. Abramovay (2000) explica que a atual definição do IBGE acaba sendo subjetiva e ao arbítrio dos poderes públicos municipais, na medida em que acabam delimitando determinados espaços como urbanos pelo mero crivo fiscal, sem a adoção de nenhum critério objetivo como aspectos geográficos, sociais ou econômicos, e, portanto, não refletindo o verdadeiro limite territorial.

Assim, no contexto geral, tanto em nível macro quanto micro, o Brasil acabou se constituindo em um país substancialmente urbano, pois, hoje, mais de 80% da população reside nas cidades. Fato é que os municípios considerados urbanos, muitas vezes, possuem apenas alguns milhares de residentes e uma infraestrutura de atendimento social precária, sem contar o desenvolvimento de atividades econômicas de cunho estritamente rural, como é o caso da produção agropecuária. Esse cenário se reflete na maioria dos municípios brasileiros considerados de pequeno porte.

Na região Norte do Brasil esta realidade não foge à regra, pelo contrário, a região é caracterizada por possuir elevada concentração de municípios considerados de pequeno porte e que sobrevivem, economicamente, de atividades primárias, típicas do meio rural. No entanto, conforme o Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), mais de 70% da população regional reside no meio urbano, algo a ser questionado pelas próprias características sociais e econômicas da região.

Diante disto, se propõe neste estudo adotar uma abordagem alternativa de delimitação territorial entre urbano e rural, a partir da população e densidade demográfica para a região Norte brasileira, também conhecida como Amazônia brasileira (LOUREIRO, 2015). A região é composta por sete estados sendo eles: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Contando com uma população de 15.864.454 habitantes, em 2010, distribuídos em 450 municípios.

Como recurso metodológico de delimitação territorial, utilizou-se os preceitos oriundos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1994), bem como os parâmetros de divisão territorial propostos por Veiga (2001; 2002), ao caso brasileiro. Assim, categorizou-se os municípios da região Norte em três níveis: os municípios essencialmente rurais, os relativamente rurais e os essencialmente urbanos.

Além desta breve introdução, esta pesquisa está subdividida em mais quatro seções, em que na segunda parte é feita uma discussão da literatura entre o que é rural e urbano, seguida pela apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados no trabalho, com os devidos parâmetros

de divisão territorial adotado. Na sequência os resultados e discussão são colocados em evidência e, por fim, as considerações finais sumarizam a pesquisa.

2. O RURAL E O URBANO

Sob uma acepção histórica, o meio rural assumiu, para muitas pessoas, uma função de lugar utilizado para questões de relaxamento e descanso, por ser agradável. Nesse sentido, o espaço rural foi frequentemente associado a belas paisagens, a um encontro com a natureza e o desfrute de um ar puro e de tranquilidade, inclusive, servindo de base para inspiração de muitos poetas e pintores (LEEUEWEN, 2010).

Essa visão romântica do campo logo foi superada por uma orientação econômica, que provocou no meio rural profundas transformações ao longo dos anos, lhe permitindo adquirir novas características, funcionalidades e, sobretudo, a perda de espaço e dependência ao ambiente urbano, seja nos aspectos econômicos, sociais, culturais ou políticos. Sobre essa perda de representatividade do campo para a cidade, Monte-Mór (2006) esclarece que se deveu a uma divisão entre trabalho intelectual e manual, decorrente de diretrizes lançadas pelo mercado em relação às atividades produtivas, requerendo um processo de urbanização exacerbado e acelerado, principalmente, a partir do desenvolvimento das sociedades capitalistas industriais.

Abramovay (2003) explica que o ambiente rural passou a possuir características básicas de diferenciação do meio urbano, como a predominância das relações com o meio natural, de territórios com baixa densidade populacional e de uma necessidade de interação com o ambiente urbano.

Não obstante, essa discussão sobre campo e cidade passou a representar a confluência entre um sentido de oposição e complementaridade no contexto espacial, no qual a cidade se mostra como o centro e o campo como a periferia na disputa do poder da organização social. A cidade garante, dentro do modo de vida moderno, a diversidade, assim como a escala da vida social, permeado pelos processos de cooperação e competição. O campo, por sua vez, é caracterizado como um espaço concentrado, decorrente da sua homogeneidade extensiva, bem como da sua escala de produção, que, por sua vez, são comandados pelas cidades. Ou seja, a lógica de funcionamento do campo passa a ter como regente principal as cidades, que lhe dominam (MONTE-MÓR, 2006).

Favareto (2006) explica que foi a partir do movimento histórico de superação do modo de produção feudal, por meio do surgimento de cidades e o processo de urbanização, inicialmente despontado na Europa e depois disseminado por todo o mundo, claramente intensificado com a Revolução Industrial, que passa a mudar a lógica do rural para o urbano. Conforme o autor, este é um momento de inflexão histórico, uma vez que até então era o meio rural o dinamizador das economias nacionais e principal responsável pela produção de bens para atendimento das necessidades humanas.

Portanto, essa inversão provoca uma relação de dependência do rural ao urbano a tal ponto que Graziano da Silva (1997, p.01) destaca a dificuldade de entendê-los separadamente, explicando que “[...] o rural hoje só pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano em um ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem ser identificadas apenas como atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”.

Nas palavras de Kageyama (2008) são três traços que predominam na análise do rural. O primeiro refere-se a elevada disponibilidade de terras e recursos primários, o segundo diz respeito a grandes distâncias entre a localização populacional, sendo entre si ou em relação as cidades, e o terceiro associa-se a questão da pobreza, uma vez que 75% das pessoas consideradas pobres estão residindo na zona rural em todo o mundo. Para ela, essa concentração da pobreza decorre-se da falta de acessibilidade aos capitais financeiros, físicos, humanos e sociais.

Cabe ressaltar que as discussões sobre o conceito de rural e urbano estão longe de se esgotarem, como afirma Kageyama (2004). No entanto, a autora revela que, apesar disto, é visível consensos sobre alguns aspectos básicos do meio rural como:

[...] a) o rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtivas, ambiental, ecológica, social; c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre espaços rurais e áreas urbanas [...] (KAGEYAMA, 2004, p. 382).

Para além destes aspectos teóricos, surge a necessidade de entender o processo de delimitação territorial do rural e do urbano, principalmente, devido a incorporação de novas características desses espaços, que lhe trouxeram novos elementos e novas funcionalidades. Conforme Abramovay (2000) existem três formas principais de determinações do território: a) a delimitação administrativa; b) aquela relacionada com o peso econômico na ocupação de mão de obra; e c) aquela que se utiliza da densidade populacional. Segundo IBGE (1999), no Brasil as áreas urbanas são compostas por toda vila ou cidade que legalmente sejam definidas como tais, bem como apresentem construções, arruamentos e intensa ocupação humana. O rural passa a ser constituído pelo restante que não compreende o urbano, portanto, se faz uso da delimitação do tipo administrativa.

Abramovay (2000, p. 04) trata de expor críticas a esta abordagem, uma vez que ela apresenta limitações que comprometem, sobremaneira, o entendimento do que é o rural, podendo ser resumidas assim:

- o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, em que as consequências fiscais de definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais;
- desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distritos com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como “urbanas”; e
- o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista.

Rocha e Barchet (2015) também reforçam essa ideia afirmando que, no Brasil, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assume-se legalmente, em critérios políticos e administrativos, a divisão e demarcação do perímetro urbano pelo poder público municipal, sendo o executivo e legislativo os responsáveis por isto. Neste sentido, verifica-se claramente um processo de delimitação entre o urbano e rural de caráter jurídico, o que se atrela mais a obrigatoriedade de compromissos fiscais, como o pagamento de impostos, do que características naturais dos espaços rurais.

Marques (2002, p. 97) alerta para essa questão informando que “Nessa classificação, o *espaço rural* corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais”.

Veiga (2001, 2002) propõe como critérios de divisão entre urbano e rural a densidade demográfica atrelada com patamares populacionais, aplicados sobre os territórios locais. Para ele, a partir desta abordagem, torna-se possível determinar a presença de municípios mediante três classes: os essencialmente rurais, os relativamente rurais e os essencialmente urbanos. Com essa nova conformação, o autor busca apresentar que, para além do que rotineiramente se convencionou dizer, o Brasil é mais rural do que se imagina.

A abordagem adotada por Veiga (2001; 2002) segue os princípios de diferenciação do meio urbano e rural proposto pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Blume (2004) explica que a OCDE, visando buscar um consenso sobre a divisão entre urbano e rural, passa a adotar uma classificação que leva em conta dois níveis de análise, um respondendo pelo âmbito local e o outro regionalmente, a partir de áreas contíguas.

Para tanto, a OCDE se usa de três níveis territoriais de classificação, no primeiro nível se assume a densidade demográfica como ponto de referência, sendo a unidade de corte 150 hab./km². Municípios com valores menores que 150 hab./km² são caracterizados como unidades locais rurais. No segundo nível pretende-se agregar as unidades locais em regiões, caracterizando-as em três estames: as predominantemente urbanas, caso a população que viva nas unidades locais rurais seja em proporção menor que 15%; as intermediárias, com população vivendo em unidades locais rurais entre 15 e 50% e; as predominantemente rurais, caso mais de 50% da população viva em unidades locais rurais. O terceiro e último nível leva em conta o tamanho dos centros urbanos nas regiões (OECD, 2011)². Essa classificação, por buscar operacionalizar a base territorial, vem ganhando destaque, principalmente por permitir a comparabilidade entre unidades geográficas de diferentes países.

Por fim, verifica-se que a discussão, tanto para fins teóricos como práticos, do que seja o rural e o urbano, estão longe de serem dirimidas em uma única visão e entendimento. São muitas as particularidades que se apresentam dentro do contexto destes dois territórios, principalmente, com a incorporação de elementos novos no decorrer dos anos, como foi o caso do entendimento do rural para além do agrícola, o que provocou o delineamento de características e funcionalidade antes desconsideradas.

Nesse íterim, assume-se o rural como ambiente multifuncional e multissetorial capaz de assumir uma lógica própria de desenvolvimento, mas sem desvincular-se do meio urbano. O Urbano é hoje determinante no tracejo dos rumos a serem tomados no território rural, uma vez que a lógica mercantil-industrial domina o cenário local, regional, nacional e mundial e não podendo o rural ficar fora deste cenário, além de ser um processo irreversível.

3. METODOLOGIA

Foi a partir das obras do Professor José Eli da Veiga (2001, 2002) que se pensou uma releitura do espaço rural e urbano da região Norte do Brasil. Este autor, embasado em preceitos territoriais oriundos da OCDE (1994) para a classificação do meio urbano e rural, tratou de estratificar os dois territórios a partir da densidade demográfica atrelado ao tamanho da população dos municípios brasileiros.

Trata-se de uma metodologia relativamente simples, mas que traz uma alternativa àquela dominante do IBGE, que, por sua vez, utiliza-se apenas de critérios políticos e administrativos de delimitação do que é urbano, sendo o rural apenas o espaço residual, aquele que está fora do urbano. Esta visão, além de mistificar o território, causa aversão e preconceito com o meio rural. É nesse contexto que se busca trazer a abordagem territorial como alternativa, especialmente, em uma região do Brasil ainda pouco conhecida, pois estima-se que a importância do meio rural para a região Norte do Brasil ainda é vital.

Outros trabalhos no meio acadêmico também vêm se inspirando nesta metodologia e estendendo suas análises para espaços territoriais específicos, a fim de compreender melhor as relações geoeconômicas existentes dentro do território. Abramovay (2000), Schneider e Blume (2004), por exemplo, retratam sobre essa necessidade de utilização de critérios territoriais na delimitação do meio rural, ambos relatando sobre as experiências defendidas pela OCDE (1994) e Veiga (2001, 2002).

Os autores Rocha e Barchet (2015) trataram de realizar um estudo de classificação do meio rural e urbano para o Estado do Paraná utilizando a metodologia territorial de Veiga (2001, 2002). Para estes autores, a metodologia, por se tratar e trabalhar com a unidade local do território, no caso o município, acaba eliminando os vieses quanto às generalizações e o caráter homogeneizador das análises. Acrescentam ainda que, por isso, torna-se possível fazer uma avaliação mais criteriosa quanto as particularidades referentes à estrutura produtiva regional.

De forma mais detida, observa-se que a metodologia trabalha com a classificação municipal em três níveis: os municípios que são essencialmente urbanos; os que são relativamente rurais; e aqueles que são essencialmente rurais. O quadro 1 permite melhor compreender os critérios de densidade demográfica e população adotados para cada classificação.

Quadro 1 – Critérios de classificação territorial dos municípios em relação a densidade demográfica e população

Essencialmente rurais Pop. < 50 mil hab. e densidade < 80 hab./km ²	Relativamente rurais Pop. 50 – 100 mil hab. ou densidade > 80 hab./km ²	Essencialmente urbano Pop. > 100 mil hab.
---	---	---

Fonte: Adaptado de Rocha; Barchet (2015), com base em Veiga (2001, 2002).

Com isso, entende-se que os municípios **essencialmente rurais** são aqueles que apresentam populações menores que 50 mil habitantes e necessariamente uma densidade demográfica menor que 80 hab./km². O outro extremo, isto é, os municípios **essencialmente urbanos** devem-se compor de uma população maior de 100 mil habitantes. Na escala intermediária, os municípios **relativamente rurais** são caracterizados por uma população entre 50 e 100 mil habitantes ou com uma densidade demográfica maior que 80 hab./km².

Para tanto, utilizou-se dados de população e densidade demográfica dos anos 2000 e 2010, na expectativa de verificar a evolução em uma década do processo de urbanização ou ruralização dos municípios do norte brasileiro. Vale ressaltar que estes dados são oriundos das bases oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio dos Censos Demográficos dos respectivos anos (IBGE, 2000; 2010).

Em um contexto geral e considerando as peculiaridades da região Norte, como sendo uma das últimas regiões do Brasil a serem povoadas e com maior extensão territorial dentre as demais, entende-se a importância desta classificação, principalmente, no que concerne à sua identidade territorial com a valorização do meio rural. Por outro lado, expõe a necessidade de repensar os objetivos e alcances das políticas públicas adotadas para a região, seja pelos governos municipais, estaduais ou nacional, na expectativa de eliminar o estigma de que o meio rural é atrasado, ruim ou um empecilho ao desenvolvimento como um todo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema brasileiro de divisão territorial entre urbano e rural dos municípios vigente, utilizado pelo IBGE, tem no Decreto-Lei nº 311 de 1938 sua normatividade. Faz-se uso de uma delimitação do tipo político-administrativa, em que as áreas urbanas decorrem, simplesmente, da existência de uma vila ou uma cidade com construções e arruamentos, sendo definidas como tais apenas por ato normativo do poder legislativo do município, sem nenhum critério mais específico (BISPO e MENDES, 2010).

O rural acaba consumando-se apenas como território residual, ou seja, constitui-se por aquilo que não é urbano. Uma definição vaga em termos teóricos e operacionais. Sem contar que é um ato normativo ainda da primeira metade do século XX. Não leva em conta os novos elementos que foram incorporados ao longo dos anos nos territórios rurais.

Esta classificação do IBGE tem sido alvo de muitas críticas no meio acadêmico. Autores como Abramovay (2000), Veiga (2000; 2001) e Rocha e Barchet (2015) esboçam as fragilidades e inconsistências dessa atual abordagem utilizada nacionalmente.

É consenso entre os autores que, com a postura adotada pelo atual sistema de divisão rural/urbano, tem havido um processo de urbanização acelerada entre os municípios, não passando de uma ilusão. Ou seja, o Brasil sendo mais rural do que se imagina (VEIGA, 2001).

Esta afirmativa sustenta-se, especialmente quando considerado critérios divisionais como a população e a densidade demográfica dos municípios. Na própria região da Amazônia brasileira, por exemplo, se verifica a existência de centenas de pequenas sedes municipais e vilas enquadradas como urbanas, mas que possuem apenas uns poucos milhares de habitantes. Ligam-se diretamente com atividades econômicas rurais e, sequer, possuem alguma estruturação urbana ou mesmo recursos humanos para auxílio na governança municipal, no entanto, sendo consideradas urbanas (BRASIL, 2004).

Como exemplo, pode-se citar um trabalho de Domingues (2006, p. 14), um relatório técnico do levantamento e classificação do uso da terra no estado do Acre. O relatório ao verificar as características de Áreas Antrópicas Não-Agrícolas, isto é, aquelas áreas urbanizadas, observou que são variadas as densidades nas áreas urbanas, colocando muitas dessas áreas “[...] em condições inadequadas para serem tratadas como áreas urbanas, como identificadas nas pesquisas do IBGE, por força de determinação das posturas e zoneamentos municipais”.

Diante disto, resolveu-se investigar uma delimitação territorial alternativa. São tomados os critérios de população e densidade demográfica dos municípios da Amazônia brasileira como formato de delimitação rural/urbano. Como já visto, a abordagem ancora-se, primariamente, na classificação adotada pelos países da OCDE e, secundariamente, na adaptação trazida ao caso brasileiro por Veiga (2001, 2002), bem como no trabalho aplicado a realidade paranaense de Rocha e Barchet (2015).

Ademais, o caso da região amazônica acaba sendo mais emblemático, pois o meio rural tem relevância ímpar no contexto regional, sejam em termos demográficos, sociais, econômicos ou ambientais. Com isso, optou-se, inicialmente, por entender como estava distribuída a população da região Norte em seu vasto território, território este que representa mais de 45% de todo o nacional.

A tabela 1 retrata a distribuição por estado e respectiva densidade demográfica para os anos 2000 e 2010. Nota-se a existência de uma baixa densidade demográfica em todos os estados do norte brasileiro, mostrando como a região ainda possui um território pouco habitado, especialmente se comparada com as demais regiões do país.

Ainda se observa que, além de possuir uma baixa densidade demográfica, a região concentra sua população em alguns polos regionais. Este foi o caso do estado do Pará que, tanto em 2000 como em 2010, concentrou cerca de 50% de toda a população da região.

Rondônia teve os maiores níveis de densidade demográfica, com valor de 6,58 hab./km², no ano de 2010. Porém, esta densidade ainda é considerada muito baixa, quando comparada com a densidade demográfica dos outros estados fora da região ou mesmo da densidade brasileira que foi na ordem de 22,43 hab./km².

Tabela 1 – Distribuição da população da Amazônia Clássica brasileira por estado

Estado	População 2000	Hab./km ² 2000	População 2010	Hab./km ² 2010
Acre	557.526	3,40	733.559	4,47
Amapá	477.042	3,34	669.526	4,69
Amazonas	2.812.557	1,80	3.483.985	2,23
Pará	6.192.307	4,96	7.581.051	6,07
Rondônia	1.379.787	5,81	1.562.409	6,58
Roraima	324.397	1,45	450.479	2,01
Tocantins	1.157.098	4,17	1.383.445	4,98
Região Norte	12.900.704	3,35	15.864.454	4,12
Brasil	169.799.170	19,92	190.755.799	22,43

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos Censos Demográficos (IBGE, 2000; 2010).

Roraima foi o estado com menor número de residentes e isto também lhe permitiu ter a menor densidade demográfica regional. O Amazonas concentrou a segunda maior população, porém,

devido sua grande extensão territorial, assumiu a penúltima posição em distribuição populacional por km².

Em Roraima, Silva e Silva (2004, p. 3) apontavam que, com o recente crescimento de interação com o restante do território brasileiro, tem se observado uma forte expansão ocupacional. Por ser uma região de fronteira, ainda tem contribuído para essa expansão “[...] o estabelecimento de novas e mais intensas relações transfronteiriças com a Venezuela e a Guiana”, o que resulta em pressão por exploração econômica no estado, que, se não for um processo devidamente estruturado, incorre-se em trazer consequências ambientais não suportáveis ao meio ambiente.

Os estados do Acre, Amapá e Roraima foram os únicos que não ultrapassaram mais de 1 milhão de habitantes, todos os demais superaram esse contingente populacional. Sem contar que, no contexto agregado da região, ficou notório que houve um aumento de cerca de 2.963.750 pessoas de 2000 para 2010, um acréscimo relativo de quase 23%. Como a região possui a maior demarcação territorial do país, sua densidade demográfica apresentou apenas o valor de 4,12 hab./km² em 2010. Cinco vezes menor que a densidade do país.

Apesar da baixa densidade demográfica da região, os autores Bentes e Amin (2005) explicam que a população da região Norte tem apresentado um crescimento acelerado quando comparado com o crescimento populacional brasileiro. Foi, especialmente no período de 1970 a 1980 que esse crescimento se intensificou.

Conforme os autores, entre 1970 e 1980, se verificou uma variação percentual do crescimento populacional na ordem de 63,2%, bem como uma taxa anual de crescimento de 5,02%, representando o dobro daquela observada para o Brasil com 2,48%, no mesmo período. Se comparado os dados entre 1950 e 1991, verifica-se que a população da região salta de dois para mais de dez milhões de habitantes, um aumento de mais de cinco vezes do valor inicial.

Esses aumentos substanciais devem-se a “[...] evolução do processo migratório em função da colonização e dos Grandes Projetos [...]” (BENTES; AMIN, 2005, p. 10), que foram desenvolvidos na região e não por questões de crescimento vegetativo da população. O extrativismo mineral, na década de 80, também atraiu milhares de pessoas de outras regiões do país.

Quanto a distribuição populacional por faixa de habitantes entre os municípios dos estados, de acordo com a tabela 2, observa-se a predominância de municípios de pequeno porte na região, com população de até 50 mil habitantes. Dos 449 municípios estudados, 386 deles encontravam-se nessa escala de residentes, ou seja, 85,97% do total.

Destaque especial para o Tocantins que apresentou 129 municipalidades entre 1.000 a 19.999 residentes. Portanto, um estado com território permeado por pequenos povoados, trazendo impactos diretos na distribuição econômica, principalmente pela importância que o setor primário da economia assume, com a produção agropecuária.

Municípios com mais de 100 mil habitantes totalizaram apenas 20, isto é, 4,45% do geral de 449, sendo, normalmente, as capitais dos estados com esse resultado. Na escala de municípios com mais de 50 mil habitantes, o Pará tomou relevância com um total de 40 municípios, representando um percentual de 28% do total de 143 unidades municipais daquele estado, de maneira que a capital Belém (PA) concentrou, sozinha, 1.393.399 habitantes em 2010. O Pará é o estado com colonização mais antiga na região, o que ajuda a explicar o seu maior contingente populacional e com uma concentração de municípios com maiores populações.

Tabela 2 – Distribuição populacional, por escala de habitantes, dos municípios da Amazônia Clássica brasileira em 2010

Escala/Estado	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	Total
1.000 a 4.999	01	04	00	01	06	00	74	86
5.000 a 9.999	06	03	05	11	10	07	39	81
10.000 a 19.999	08	05	24	30	19	06	16	108
20.000 a 49.999	05	02	25	61	10	01	07	111

50.000 a 99.999	01	00	06	30	05	00	01	43
Acima de 100.000	01	02	02	10	02	01	02	20
TOTAL	22	16	62	143	52	15	139	449

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos Censos Demográficos (IBGE, 2010).

Apesar do Pará ser o estado com mais pessoas, o município mais populoso da região Norte foi a capital do Amazonas, Manaus, com 1.802.014 residentes. Aqui houve a concentração de mais de 51% da população de todo o estado em 2010.

Maciel, Machado e Rivas (2003, p. 3) explicam que houve um crescimento populacional vertiginoso em Manaus com a implantação das atividades industriais e comerciais relacionadas a Zona Franca de Manaus. A demanda por mão de obra acabou exercendo “[...] uma atração surpreendente nas populações de outros Estados e nos demais municípios amazonenses economicamente estagnados e sem meios de oferecerem alternativas para melhorar as condições de vida de seus habitantes [...]”.

Ainda conforme os autores, como resultado dessa atração, Manaus teve sua população multiplicada em 8 vezes entre o período de 1960 a 2000, sendo a capital brasileira com maior aumento populacional. Houve uma concentração das atividades econômicas em Manaus, em detrimento de uma estagnação econômica do interior do estado, ficando o Amazonas dependente do modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus.

Diante disto, entende-se que uma das grandes preocupações do Norte brasileiro são as aglomerações populacionais em determinados municípios polos, concentrando recursos produtivos e humanos. Por outro lado, verifica-se a maior parte do território quase desabitado e sem atividades econômicas relevantes, principalmente de municípios com baixa população e economicamente estagnados, dependentes de recursos estatais. Como curiosidade, o município com menor número de habitantes foi Oliveira de Fátima no Tocantins, concentrou apenas 1.037 residentes, em 2010.

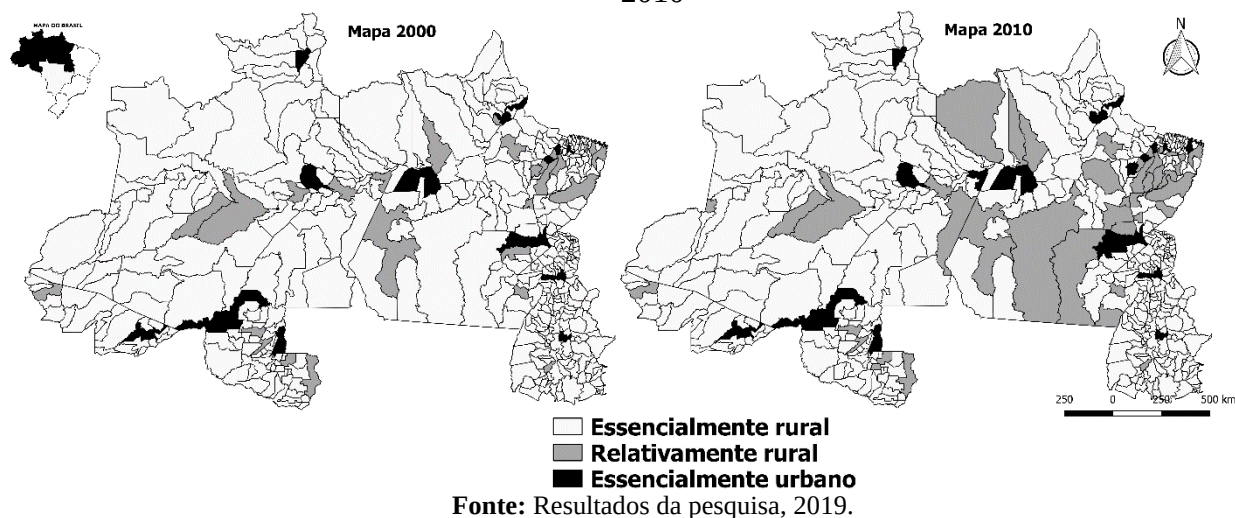
Sobre esses municípios polos e sua região de influência na região Norte, resta claro que Manaus e Belém são os dois principais polos de influência e de desenvolvimento regional, seguidas pelas capitais dos demais estados em menor medida (IBGE, 2008). Isto reforça a ideia da concentração demográfica e econômica em poucas localidades na região, ficando a maior parcela territorial sem maiores impactos no contexto regional.

De todo modo, a predominância de municípios com população menor de 50 mil habitantes realça a importância do meio rural para a região. Se compreende que municípios de pequeno porte sempre possuem sua economia em torno do setor primário, com destaque para as atividades agropecuárias, sendo esta a base econômica.

Assim sendo, a importância que o rural assume nas condições de vida das pessoas é relevante. Este deve ser pensado com maiores critérios e cuidados, pois representa parcela significativa da população residente de cada município nortista, inclusive, alguns ainda têm a população rural superior a urbana.

Nesse contexto, visando enfatizar a relevância do meio rural na Amazônia brasileira e sua importância dentro da discussão do desenvolvimento rural, realizou-se uma nova divisão territorial para os municípios da região. Para tanto, operacionalizou-se a metodologia territorial local de Veiga (2001; 2002). Os municípios foram classificados em três categorias: os essencialmente rurais, os relativamente rurais e os essencialmente urbanos, nos anos 2000 e 2010, conforme pode ser observado na figura 1.

Constatou-se a predominância de municípios classificados como essencialmente rurais, tanto em 2000 (405 municípios) como em 2010 (385 municípios) e em todos os estados analisados. Apesar da diminuição de 20 unidades administrativas locais neste estágio em 2010, foram somados mais de 85% de municípios na classificação de essencialmente rurais no respectivo ano. Portanto, visualiza-se que a Amazônia brasileira é evidentemente um espaço territorial rural, ou melhor, uma região rural com alguns polos urbanizados.

Figura 1 – Classificação dos municípios da Amazônia brasileira em rural e urbano nos anos 2000 e 2010

Enfatiza-se a região como rural devido possuir todas as características desse espaço. Como observa Kageyama (2008), as áreas rurais são marcadas pelas vastas extensões territoriais e recursos naturais; pelas longas distâncias entre os assentamentos rurais e destes com as cidades, com altos custos de transportes; e uma boa parcela da população em condição de pobreza.

Quanto as municipalidades classificadas como relativamente rurais, considerados municípios de médio porte, se verificou um aumento de 30 para 44, de 2000 para 2010, representando a parcela de quase 10% do total regional. Percentual relativamente baixo, mas demonstrando um processo de transição e tendência de crescimento populacional e porte municipal, ao longo dos anos.

As unidades territoriais consideradas essencialmente urbanas, aquelas com mais de 100 mil habitantes, representaram a minoria na região, um percentual de apenas 4,54% do total. De todo modo, houve uma elevação de 14 para 20 municípios com esta classificação, entre os anos analisados.

Assim sendo, se evidencia um processo lento, porém gradual de urbanização do território nortista. Como destacado em momentos anteriores, são pequenos espaços altamente urbanizados, caso das capitais dos estados, em detrimento de uma larga faixa de território com baixa ou quase nenhuma habitação humana, tornando um processo de desenvolvimento regional altamente desequilibrado e ainda o meio rural com parcela de contribuição significativa.

A tabela 3 mostra os municípios que alteraram sua classificação ao longo dos 10 anos analisados. No total foram 27 mudanças de categorias, sendo 21 de municípios que eram essencialmente rurais e passaram para relativamente rurais e 06 que se encontravam como relativamente rurais e agora são essencialmente urbanos. Não houve nenhum caso de diminuição populacional.

Destaca-se que, das 27 transições, 22 municípios diziam respeito ao estado do Pará, enquadrando este estado como o mais dinâmico territorialmente. Esse maior dinamismo territorial do Pará é explicado pelo seu processo histórico de ocupação e exploração econômica, pois é o mais antigo entre os demais.

Tabela 3 – Municípios que alteraram sua classificação territorial de 2000 para 2010

	MER* para MRR**	ESTADO	MRR** para MEU***	ESTADO
1	Alenquer	PA	Bragança	PA
2	Altamira	PA	Cametá	PA
3	Breu Branco	PA	Marituba	PA
4	Capitão Poço	PA	Parauapebas	PA
5	Dom Eliseu	PA	Parintins	AM
6	Ipixuna do Pará	PA	Santana	AP

7	Itupiranga	PA	---	---
8	Jacundá	PA	---	---
9	Maués	AM	---	---
10	Novo Repartimento	PA	---	---
11	Oriximiná	PA	---	---
12	Portel	PA	---	---
13	Rolim de Moura	RO	---	---
14	Santa Isabel do Pará	PA	---	---
15	Santana do Araguaia	PA	---	---
16	São Félix do Xingu	PA	---	---
17	São Miguel do Guamá	PA	---	---
18	Tabatinga	AM	---	---
19	Tailândia	PA	---	---
20	Tomé-Açu	PA	---	---
21	Vigia	PA	---	---

*Municípios essencialmente rurais; ** Municípios relativamente rurais; ***Municípios essencialmente urbanos

Fonte: Resultados da pesquisa, 2019.

Ao se analisar com maior profundidade os resultados da classificação territorial por estado foi possível entender melhor a dinâmica territorial como um todo, conforme consta na tabela 4. Optou-se por verificar somente o ano de 2010, uma vez que os resultados para o ano de 2000 não apresentaram mudanças significativas para além daquelas já comentadas anteriormente e ser um tempo mais longínquo.

Tabela 4 – Valores resultantes da proposta de Veiga (2000, 2001) para os municípios da Amazônia Clássica brasileira, ano 2010

	Essencialmente rural			Relativamente rural			Essencialmente urbano		
	Qntd.	Pop. %	km ² %	Qntd.	Pop. %	km ² %	Qntd.	Pop. %	km ² %
AC	20	43,49	89,27	1	10,70	5,35	1	45,81	5,38
AP	14	25,40	94,41	0	0,00	0,00	2	74,60	5,59
AM	55	35,91	90,31	5	9,44	8,58	2	54,65	1,11
PA	101	30,19	47,24	32	27,54	48,42	10	42,27	4,34
RO	45	42,85	72,59	5	22,26	10,16	2	34,89	17,25
RR	14	36,89	97,46	0	0,00	0,00	1	63,11	2,54
TO	136	67,07	97,10	1	5,55	0,66	2	27,38	2,24
REGIÃO	385	36,51	76,28	44	18,40	20,05	20	45,08	3,66

Fonte: Resultados da pesquisa, 2019.

O estado do Acre possui 22 municípios, desse total 20 foram considerados como essencialmente rurais, 1 como relativamente rural e 01 como essencialmente urbano. Cruzeiro do Sul, segunda maior unidade territorial em termos econômicos e populacionais, foi quem enquadrou-se como município de médio porte, ou seja, como relativamente rural. Fato curioso foi que os 20 municípios essencialmente rurais congregaram apenas 43,49% da população, mas detinham mais de 89% de toda a extensão territorial do estado.

Rio Branco, a capital do Acre, foi o único município caracterizado como essencialmente urbano. Possuía apenas 5,38% de território, mas comportava mais de 45% de toda a população estadual. Silva et al. (2012, p. 138-139) explicam que na capital acreana é onde “[...] se concentra a maior parte da infraestrutura administrativa do estado, dos serviços de saúde e de outros setores que polarizam a vida da região e em todo o estado [...]”, justificando essa massiva concentração populacional e centro atrativo de ocupação.

Amapá foi mais emblemático quanto a esta divisão populacional dentro do seu território. Dos seus 16 municípios, 14 deles estiveram classificados como essencialmente rurais. Esses 14

municípios concentravam apenas 25,40% de todos os habitantes, em uma faixa territorial de mais de 95%.

O estado não possuía nenhum município de médio porte, porém os dois restantes classificaram-se como essencialmente urbanos, sendo eles a capital Macapá e Santana, este último com conurbação direta com a capital, integrando a Região Metropolitana de Macapá e ambos compondo a atual Área de Livre Comércio do estado, criada em 1991 (AMAPÁ, 2009). O mais impressionante foi que ambos concentraram mais de 74% dos residentes no estado, em apenas 5,59% do território estadual, trazendo uma distribuição espacial desequilibrada da população, como afirma Amapá (2009).

O Amazonas, por sua vez, contém 62 municipalidades. Desse total, 55 enquadraram-se como essencialmente rurais, 5 como relativamente rurais e 2 como essencialmente urbanos. Esses grupos detinham 35,91%, 9,44% e 54,65% da população do estado, em uma proporção territorial de 90,31%, 8,58% e 1,11%, respectivamente.

Portanto, 54,65% de toda população do Amazonas estava reunida em apenas 1,11% do seu território. A capital Manaus, com um total de 1.802.014, e Parintins, com 102.033 habitantes, foram os municípios responsáveis por esta alta concentração.

O estado do Pará apresentou uma particularidade em relação aos demais estados. Sua divisão territorial apresentou-se mais equilibrada, muito decorrente de ser o estado com maior dinâmica territorial e com processo de ocupação mais antigo, como visto anteriormente.

Dos 143 municípios desse estado, se observou que 101 deles encontravam-se como essencialmente rurais, concentrando 30,19% da população em 47,24% das terras do estado; 32 como relativamente rurais, com 27,54% do contingente populacional vivendo em 48,42% do território; e 10 municípios como essencialmente urbanos, apresentando uma cifra de 42,27% dos residentes em uma parcela territorial de 4,34%.

Vale destacar que dos 10 municípios essencialmente urbanos do Pará, na capital Belém, viviam 1.393.399 pessoas, ou seja, 18,4% do total estadual. Assim, verifica-se que as capitais Manaus (AM) e Belém (PA) são consideradas os dois maiores polos demográficos e de desenvolvimento da região Norte do Brasil, influenciando todo o contexto regional. São as duas metrópoles da Amazônia (STAEVIE, 2012).

Esses resultados são frutos de um movimento histórico na região Amazônica. Foi com o processo de exploração da borracha, no final do século XIX e início do século XX, que as cidades de Belém e Manaus começaram a se consolidar como fronteira de ocupação, uma vez que eram os dois principais polos do ciclo da borracha na região. Sem contar que a cidade de Belém “[...], capital paraense, torna-se o principal município da Amazônia entre 1872 e 1940 [...]”, sendo chamada de capital da borracha no vale amazônico (KLEIN, 2012, p. 172).

O caso de Rondônia apresentou o mesmo comportamento do demais. Foi baixa a população residente nos municípios essencialmente rurais, mas com uma larga faixa territorial disponível, em detrimento de uma alta concentração populacional em uma pequena parcela das terras estaduais.

Ademais, Rondônia foi o estado que apresentou a população dos municípios considerados essencialmente urbanos com maior ocupação territorial, uma vez que 34,89% dos habitantes desses municípios viviam dentro de um perímetro de mais de 17% do território rondoniense. Por outro lado, 42,85% das pessoas do estado residiam em municípios essencialmente rurais, ocupando uma porção territorial de 72,59% do total.

O estado de Roraima, apesar de ser considerado o antepenúltimo ente federado em termos de extensão territorial da região Norte, ficando na frente apenas de Amapá e Acre, deteve a menor população entre os demais e o menor quantitativo de municípios. Dos seus 15 entes municipais, 14 enquadraram-se como essencialmente rurais, nenhum como relativamente rural e apenas 1 como essencialmente urbano, este último, Boa Vista, capital do estado, concentrando 63,11% da população em apenas 2,54% do território.

Conforme Silva e Silva (2004), em Roraima, se destacam duas regiões principais de povoamento. A primeira diz respeito ao Sudeste do estado, com a composição dos municípios de Rorainópolis, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe. O segundo refere-se a região central, em que une a capital Boa Vista, Cantá, Mucajaí, Alto Alegre e uma parte de Bonfim, essa dominante. As duas principais regiões de povoamento estão diretamente ligadas a projetos de povoamentos, justificando esse destaque no estado.

Quanto a concentração da população roraimense na capital do estado, Boa Vista, Silva e Silva (2004) explicam que se deve ao fato da instalação de vários órgãos federais, civis e militares, em decorrência da situação fronteiriça do estado. Somam-se a isso, a concentração dos serviços estaduais na capital e o maior volume da participação do governo municipal frente aos demais municípios. Portanto, a presença massiva da administração pública em Boa Vista é que explica a concentração de mais de 63% dos residentes estaduais nesse município.

Staevie (2012) revela que foi entre 1980 até 2007 que se deu o *boom* demográfico em Boa Vista. Foi um crescimento de quase quatro vezes neste intervalo de tempo, saindo de 67.017 para 249.853 habitantes, chegando a 285 mil em 2010. O rápido crescimento populacional ocorreu paralelamente ao processo de urbanização da cidade, em que, aproximadamente, 98% das pessoas que vivem em Boa Vista residem na área urbana do município.

O Tocantins foi um estado diferenciado em termos rurais. Apresentou uma população dos municípios essencialmente rurais com mais de 60%, em relação àquela residente nos municípios essencialmente urbanos.

O estado concentra 139 municípios, sendo 136 destes classificados como essencialmente rurais, 01 como relativamente rural e 02 como essencialmente urbano. Este fato resultou em uma concentração de 67,07% dos moradores em municípios essencialmente rurais ocupando uma faixa do território estadual equivalente a 97,10%.

A população essencialmente urbana representou 27,38% do total residindo em apenas 2,24% das terras tocantinenses. Assim sendo, pode-se afirmar que, comparado com os demais, o Tocantins foi um estado eminentemente rural. Sua população, de fato, está distribuída nos municípios essencialmente rurais.

Por fim, no agregado da região Norte do Brasil, seguiu-se os mesmos delineamentos dos seus estados. Foram um grande quantitativo de municípios essencialmente rurais concentrando uma pequena parcela da população em uma larga faixa territorial. Por outro lado, um pequeno grupo de unidades municipais caracterizados por alta concentração populacional em uma pequena parcela de território, especialmente nas capitais dos estados, formando verdadeiros polos de concentração demográfica e econômica.

Dessa forma, verificou-se que 385 municípios da região Norte brasileira se encontravam classificados como essencialmente rurais, concentrando uma população total de 36,51% em 76,28% do seu território. No estágio de relativamente rurais foram 44 municípios, com 18,40% dos moradores ocupando 20,05% das terras; e 20 municípios classificados como essencialmente urbanos, com um total geral de 45,08% de residentes vivendo em apenas 3,66% de todo o território regional.

5. CONCLUSÕES

No Brasil, a atual delimitação do rural e o do urbano tem sido realizada pelo IBGE a partir de critérios político-administrativos em parceria com os poderes públicos municipais, que, por meio de determinação legal, definem as áreas urbanas, ficando o rural como o espaço residual. Esse formato tem provocado um processo de urbanização acelerado nos municípios brasileiros, mesmo que estes não possuam as condições mínimas que possam lhe enquadrar como tais, seja pelo baixo contingente populacional, pela falta de infraestruturas sociais básicas ou pela ausência de atividades econômicas características de ambientes urbanos, como a produção industrial ou de comércio e serviços.

Diante disto e visando descaracterizar esse atual formato de delimitação entre rural e urbano, realizou-se uma divisão territorial a partir de critérios populacionais e de densidade demográfica para os municípios da região Norte do Brasil. Foi embasado nos preceitos da OCDE e dos parâmetros adotados por Veiga (2000; 2001) à realidade brasileira que se procedeu a divisão urbana/rural do Norte brasileiro, região que ainda está diretamente ligada ao meio rural, com predominância de baixa densidade populacional e desenvolvimento de atividades agropecuárias, típicas do meio rural.

Assim, os municípios foram classificados em três categorias distintas: os essencialmente urbanos, os relativamente rurais e os essencialmente rurais. No contexto regional, observou-se que predominaram os municípios considerados essencialmente rurais na região nos dois anos analisados, sendo 405 em 2000 e 385 em 2010, enfatizando que a Amazônia brasileira é evidentemente um espaço territorial rural.

As municipalidades classificadas como relativamente rurais aumentaram de 30 para 44, de 2000 para 2010, o que representou a parcela de quase 10% do total regional. As unidades territoriais consideradas essencialmente urbanas elevaram-se de 14 para 20 municípios entre os dois anos.

Especificamente olhando para o ano de 2010, verificou-se que dos 449 municípios, apenas 20 municípios se consagraram como essencialmente urbanos. No entanto, essas 20 localidades concentraram 45,08% da população em somente 3,36% do território nortista brasileiro. Já o outro extremo, os municípios essencialmente rurais, somaram 385 unidades locais, porém com uma concentração populacional de somente 36,51%, em uma faixa territorial de 76,28% de km². Na classificação de relativamente rural somou-se o total de 44 municípios, acumulando um percentual 20,05% do território, com uma população na faixa dos 18% do total da região.

No cenário estadual os resultados indicaram a mesma tendência, isto é, poucos municípios considerados essencialmente urbanos, mas com a maior parcela dos habitantes e em uma pequena extensão territorial. A exceção ficou para os estados do Pará e Tocantins, o primeiro apresentou um cenário de distribuição mais equilibrada entre as três categorias e o segundo surpreendeu ao concentrar mais de 67% da sua população em municípios essencialmente rurais, demonstrando um caráter eminentemente rural do estado.

Finaliza-se enfatizando da existência um processo gradual, porém lento de urbanização do território nortista, com pequenos espaços altamente urbanizados, caso das capitais dos estados, em detrimento de uma larga faixa de território rural com pouca ou quase nenhuma população, tornando um processo de desenvolvimento regional desequilibrado. Assim, alerta-se para os devidos cuidados que se devem tomar quando do planejamento e tomada de decisão na aplicação de políticas públicas, especialmente com a distribuição de recursos para áreas urbanas e rurais, uma vez que o meio rural ainda é marcante na região Norte do Brasil, pois somada a população dos municípios essencialmente e relativamente rurais encontrou-se uma cifra de mais de 56% da população residindo nessas localidades, conforme resultados alcançados.

NOTAS

¹ A Amazônia brasileira refere-se a região Norte do Brasil, em que é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Para maiores detalhes da comparação ver Loureiro (2015, p. 26-29).

² Para maiores informações consultar OECD Regional Typology (2011).

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com o Instituto Federal do Acre pelo apoio financeiro à pesquisa, por meio de bolsa de doutorado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão, nº 702**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso em: 10 out 2018.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.

AMAPÁ; SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de prevenção e controle do desmatamento e queimadas do estado do Amapá (PPCDAP)**: contexto e ações. Dimitrius Gabriel (Coord.). Macapá, novembro de 2009. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/Plano_Estadual_do_Amapa.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BENTES, E. dos S.; AMIN, M. M. Influência do processo migratório no desenvolvimento sustentável da Amazônia. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 2005. (**Anais online**). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/496.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

BISPO, C. L. de S. MENDES, E. de P. P. O rural e o urbano brasileiro: definições em debate. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG 2010), Porto Alegre/RS, 2010. **Anais online**. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1862>. Acesso em: 29 set. 2018.

BLUME, R. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2004.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável – PAS**: diagnóstico e estratégia. Volume 1. Brasília, abril de 2004. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/sinop/arquivos/c2b508dde9fbdc39679ee41525e12cae.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

DOMINGUES, E. (Coord.) et al. **Projeto levantamento e classificação do uso da terra**: estado do Acre. Rio de Janeiro: IBGE, Relatório técnico, junho de 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95894.pdf>>. Acesso: 31 out. 2018.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, São Paulo: FEA/USP/PROCAM, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Revista de Nova Economia**. Belo Horizonte: UFMG, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio, 1997. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>>. Acesso em: 20 set. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIAS E ESTATÍSTICAS. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1998.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. Congresso da SOBER. **SOBER.** Cuiabá, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KLEIN, D. da S. A Amazônia no ciclo da borracha: populações e economia do Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. **Revista Estudos Amazônicos**, vol. VIII, n. 2, pp. 165-189, 2012. Disponível em: <http://www.ufpa.br/historia/Daniel_Klein.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

LEEUWEN, E. S. van. **Urban-Rural interactions:** towns as focus points in rural development. Physica-Verlag: Amsterdam, 2010.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia:** temas fundamentais sobre o meio ambiente. 1. ed. Belém: Cultural Brasil, 2015.

MACIEL, P. S.; MACHADO, W. V.; RIVAS, A. A. F. O impacto da Zona Franca de Manaus – ZFM no desenvolvimento do estado do Amazonas: a eficácia do modelo. In: XXIII Encontro Nacional de Engenheiros de Produção, Ouro Preto/MG, 21 a 23 de outubro de 2003. **Anais eletrônico.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0802_0959.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre.** São Paulo Ano 18, n. 19 p. 95-112 jul./dez. 2002. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/3467997>. Acesso em: 22 set. 2018.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/58/61>>. Acesso em: 07 out. 2018.

OCDE - Organisation de Coopération et de Développement Économiques. **Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale.** Paris, 1994.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Directorate for Public Governance and Territorial Development. **OECD regional typology.** June, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/regional-policy/OECD_regional_typology_Nov2012.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ROCHA, A. A. da; BARCHET, I. O rural e o urbano no estado do Paraná. **Bol. Geogr.**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 115-126, mai./ago., 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/viewFile/23401/pdf_6>. Acesso em: 05 set. 2018.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 109 – 135, jul./dez., 2004. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/105/108>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SILVA, I. D. B. et al. Um estudo demográfico dos municípios do estado do Acre: determinístico x fuzzy. **Biomatemática**, vol. 22, Campinas, p. 137-161, 2012. Disponível em: <http://www.ime.unicamp.br/~biomat/bio22_art10.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B. C. N. Roraima: problemas de desenvolvimento sustentável em uma região de fronteira. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, 2004. **Anais online**. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2004/sustentabilidade/18.pdf>>. Acesso: 13 dez. 2018.

STAEVIE, P. M. Configuração urbana, racionalidades socioeconômicas e migrações em Boa Vista – RR: um debate sobre a urbanização de uma capital periférica da Amazônia brasileira. In: Congresso Histórico Internacional: as cidades na história: população, Guimarães/PT. 2012. **Anais eletrônico**. Disponível em: <<https://ch.guimaraes.pt/static/uploads/actas/1CHI/vol5/1chi-vol5-007.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Bahia Análise & Dados**, v. 10. n. 4, p. 193-206, 2001.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

Data de submissão: 09.01.2018

Data de aceite: 04.12.2019

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.